

# EDUCAÇÃO SUPERIOR E DEMOCRATIZAÇÃO: O ACESSO DE POPULAÇÕES NEGRAS, INDÍGENAS E DO CAMPO NO ENSINO SUPERIOR NA AMAZÔNIA PARAENSE

HIGHER EDUCATION AND DEMOCRATIZATION: THE FREE BLACK POPULATIONS, INDIGENOUS AND FIELD IN HIGHER EDUCATION IN THE AMAZON PARÁ

Salomão Mufarrej Hage<sup>1</sup>  
Ricardo Augusto Gomes Pereira<sup>2</sup>  
Márcia Mariana Bittencourt Brito<sup>3</sup>

## RESUMO

O artigo reflete sobre a democratização da educação superior na Amazônia paraense, considerando o cenário das políticas educacionais brasileiras. Em uma perspectiva de análise, considera-se que os anos de 1990 até o momento atual tem se caracterizado pela adoção de políticas compensatórias adotadas para os grupos minoritários e que vem crescendo e se estabelecendo, em caráter pontual, reforçando as desigualdades sociais e educacionais. Em outra, considera-se a importância de fortalecer a reparação e ampliação da alteridade para com esses grupos, que não deve ser pontual ou meramente jurídica, caracterizadas pela ampliação das vagas oferecidas pelas instituições de Educação Superior, mas pela combinação de políticas que possibilitem a afirmação de suas identidades culturais. O artigo referencia-se nessas duas perspectivas para analisar o acesso das populações negras, indígenas e do campo ao ensino superior na Amazônia Paraense, tomando como foco de investigação, as ações promovidas pela Universidade Federal do Pará.

**Palavras-Chaves:** Educação Superior. Políticas Educacionais. Educação do Campo. Populações da Amazônia.

---

<sup>1</sup> Graduado em Agronomia (1982) e em Pedagogia (1987), mestrado em Educação: Supervisão e Currículo (1995), Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programa de Linguagens e Saberes da Amazônia. É bolsista produtividade do CNPq. E-mail: salomao\_hage@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduado em licenciatura plena em pedagogia pela Universidade da Amazônia (1992); Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional Pela UNITAU/SP (2008). Docente substituto do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará; Docente da Faculdade da Amazônia e da Pós-Graduação da Faculdade Ipiranga. E-mail: pereiraric19@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2003); especialista em Metodologia da Educação Superior (2005); mestranda em Educação do Instituto de Ciência da Educação – ICED/UFPa, e Bolsista do Observatório da Educação Superior do Campo. Técnica em Educação da Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC. E-mail: marciamarianabittencourt@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

As políticas de Educação Superior têm sido objeto de estudos e debates no interior de instituições de pesquisa e universidades brasileiras, em especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, por meio do GT-11 de Política de Educação Superior que há mais de 30 anos debate as questões que envolvem esse nível de ensino: expansão, financiamento, acesso, permanência, democratização, entre outras; motivando-nos, nesse artigo a focar nossa análise sobre a democratização e o acesso de populações negras, indígenas e do campo da Amazônia paraense no ensino superior.

O país tem sido identificado com indicadores alarmantes em relação à Educação Superior nos últimos quarenta anos, sobre os quais, Pinto (2004, p. 730), em seus estudos, destaca que a abertura aos agentes de mercado não resolve a questão da democratização do acesso à Educação Superior produzindo uma exacerbada “privatização e mercantilização sem precedentes, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade”.

Essa constatação é fruto do cruzamento de análises dos resultados dos indicadores educacionais apresentados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, em 2000; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 2003; e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, em 2004, que apontam o Brasil como um país que possui uma das menores taxas de escolaridade bruta do mundo e onde mais cresceu o número de matrículas no setor privado.

Nos últimos dez anos, a Rede Universitas<sup>4</sup> sistematizou um banco de dados com informações de periódicos, livros, dissertações e teses sobre a Educação Superior, e a produção intelectual fundamentada nesses estudos

---

<sup>4</sup> A Rede **UNIVERSITAS** consolida uma rede acadêmica de pesquisa e de interlocução entre pares, que têm a área de conhecimento educação superior em comum. Congrega pesquisadores do GT Política de Educação Superior / ANPED e tem como um dos seus objetivos selecionar, organizar, avaliar e disponibilizar para a comunidade a produção científica sobre educação superior no Brasil a partir de 1968. Cf. <<http://www.pucrs.br/faced/pos/universitas/>>.

indica a ampliação da implementação de políticas públicas com programas específicos para democratizar o acesso nesse nível de ensino nos últimos anos, impulsionadas pela LDBEN de 1996; e, ao mesmo tempo, segundo Pinto (2004), a ampliação da privatização e o fortalecimento da mercantilização da Educação Superior brasileira.

O último Plano Nacional de Educação (2001-2010), aprovado pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, aponta em seu diagnóstico que entre os países da América Latina, o Brasil apresenta os mais baixos indicadores de Educação Superior, mesmo considerando a rede privada, a medida que menos de 12% da população entre 18 e 24 anos tem acesso à Educação Superior, ficando abaixo da Argentina que nesse período, atingia a marca de 40% de jovens nessa faixa etária na Educação Superior, assim como do Chile (20,6%), da Venezuela (26%) e da Bolívia (20,6%). (Brasil, 2001)

A partir desse diagnóstico, o PNE 2001-2010 estabeleceu suas metas de atendimento e duas merecem destaque, em face da temática de nosso artigo. A primeira (Meta 1) previa até o final da década a oferta de Educação Superior para 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. A segunda (Meta 19) previa

Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino. (BRASIL, 2001, s.p.)

Centrando a discussão na Meta 19, intencionamos neste artigo refletir sobre a democratização da educação superior, analisando as políticas educacionais que tratam do acesso das populações negras, indígenas e do campo ao ensino superior, na Amazônia paraense, com foco nas ações promovidas pela Universidade Federal do Pará.

Como referencial de análise, consideramos as contribuições de autores que analisam as políticas educacionais de atendimento aos grupos minoritários como compensatórias, reforçando, por esse motivo, as desigualdades sociais e educacionais; e ao mesmo tempo, lançamos mão de estudos que destacam a

importância de fortalecer a reparação e ampliação da alteridade para com esses grupos, que não deve ser pontual ou meramente jurídica, mas que combinem a ampliação de vagas com a afirmação de suas identidades culturais.

Para dar conta de nossos propósitos, partimos de um levantamento de dados referentes aos processos seletivos e matrícula dos estudantes na UFPA pós LDBEN/96, e analisamos a expansão, acesso e democratização da Educação Superior na referida Universidade.

### **A “DEMOCRATIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A PARTIR DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFERÊNCIA MERCADOLÓGICA**

Desde o enfraquecimento da ditadura militar no cenário político brasileiro na década de 1980, o Brasil vem fortalecendo sua autonomia a partir de movimentos que buscam ampliar a democratização no país, entre os quais, citamos a aprovação da Constituição de 1988.

Mas os avanços políticos e sociais advindos dessa Constituição contrastam com a situação econômica existente no Brasil, assim como em todo o mundo, caracterizada pela redução da presença do Estado em todas as áreas sociais, e, principalmente, na Educação Básica e Superior, ao longo da referida década e até nossos dias.

É importante ressaltar que essa não presença do estado na promoção da educação nacional, fez com que a iniciativa privada tomasse essa atitude como possibilidade de expansão, considerando que ao reduzir os investimentos na educação superior, isso representou o estrangulamento da capacidade de expansão das universidades, sobretudo, as federais, sendo esse um dos fatores preponderantes à ampliação do privado sobre o público (CORBUCCI, 2004).

As estratégias adotadas pela configuração do capitalismo durante esses anos foram fundamentais para instaurar uma lógica que se traduziu como democratização do acesso principalmente no ensino superior, sobre a qual, Souza (2004, p. 1-2) identifica como “[...] uma ‘lógica do instrumento’ que identifica as inovações tecnológicas como as grandes vias de ‘democratização’ das informações e do conhecimento [...]”.

De fato, o processo de democratização que vimos se consolidar durante a década de 1990 e primeira década do Século XXI, nas quais se desenham as políticas de alívio da pobreza, segundo Souza (2004, p. 4), atingiram todos os setores de atuação do estado brasileiro e no que tange ao ensino superior objetivou a “democratização” da educação, encobrendo a estratégia de privatização das instituições públicas de ensino superior através da retomada “envernizada” do conceito de público não-estatal presente na Reforma do Estado Brasileiro.

A materialização desses princípios provocou a expansão da Educação Superior, especialmente nas instituições privadas, que segundo Catani e Oliveira (2000, p.73), se tornou uma “armadilha social dada à baixa qualidade dos serviços das instituições de ensino superior privado, negando a pertinência da universidade como bem social”.

Esses autores ao analisar a democratização do acesso ao ensino superior pós-reforma universitária implantada pelo governo Lula, indicam que os benefícios e amplitude desse nível de ensino se restringem, servindo apenas para consolidar a parceria público-privado, marcada pela expansão do ensino superior privado. Nessa perspectiva, os autores questionam o PROUNI (Programa Universidade Para Todos) como instrumento de democratização do acesso ao ensino superior, à medida que permite o acesso via instituições privadas, sem cuidar da permanência do seu público alvo, definidos em lei como estudantes de baixa renda.

Longe de ser um bom exemplo de democratização, o PROUNI tem acirrado o debate sobre a qualidade do ensino e o acesso da parcela população que mais precisa da educação superior, ponderando que os rumos que essa política toma no Brasil desvirtuam o sentido desse princípio social, já que na atualidade, o termo democracia se ressemantizou, pela difusão de um discurso democrático que, segundo Pinto (2006), tem sua centralidade na “organização da sociedade civil e na independência em se organizar frente ao estado, que, em qualquer dos casos, aparece como opressão, tanto política como econômica” (p. 94).

De fato, políticas dessa natureza têm promovido a democratização baseada no contrassenso, apoiando-se em discurso político-ideológico ao implantar ações que conduzem os cidadãos à formação de qualidade duvidosa e financiada com dinheiro público; e revelando certo maniqueísmo ao usar a afirmação de direitos e diferenças para encobrir a lógica mercadológica impregnada à orientação da atual política de gestão da educação superior brasileira.

### **AÇÕES AFIRMATIVAS E A AMPLIAÇÃO DA “DEMOCRATIZAÇÃO” DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

O final do século XX foi um período, no Brasil e no mundo de profundas transformações sociais que se caracterizaram por novas significações e sentidos atribuídos à democracia com a percepção de exclusão histórica que a tradição social brasileira cultuou. Essa percepção veio, ao longo de décadas, ganhando notoriedade.

Na década de 1970, observou-se a ação dos movimentos sociais requerendo direitos a muito negados, diante do poder dominante. Na década de 1980, amplia-se a noção de conquistas de direitos, assumindo uma nova categoria de reivindicação chamada de cidadania como condição de participação. A década de 1990 consagra-se por procurar restituir direitos aliados à reestruturação produtiva que agravou a exclusão social no país no início de Século XXI (MIRANDA, 2010, p. 11).

Assim, é necessário destacar a importância dos movimentos sociais na consolidação da participação, uma vez que suas mobilizações, para além do atendimento de demandas, proporcionaram à sociedade enxergar as relações clientelistas e autoritárias persistentes na atualidade.

Nesse cenário emerge uma nova categoria de legitimação de direitos, chamada “políticas de identidade”, que expressam diversas formas de manifestação social e cultural, mobilizadas pelos movimentos sociais originados a partir de distintas formas de opressão que atingem os grupos sociais. Os movimentos sociais foram de fundamental importância para a ampliação dos direitos identitários na forma de políticas que permitam

expressão própria na “cultura, na corporeidade e/ou na construção de suas identidades” (GOMES, 2010, p. 98).

As políticas de identidade não têm se efetivado de forma pacífica, a igualdade e outras expressões que designam os direitos dos grupos étnicos, raciais e de gênero enfrentaram o silenciamento e a exclusão para que atingissem o *status* de instância jurídica como vemos hoje em dia, precisando enfrentar ainda, o que Miranda (2010, p.13) chama de “normas reguladoras da sociedade”.

Ao longo das décadas mais recentes, essas políticas foram ganhando outros contornos, passando de política de identidade à política de afirmação e principalmente, a partir de 2003, no caso brasileiro, passaram a ser denominadas “ações afirmativas”. Essa nova terminologia carrega consigo muitos sentidos, um deles vigorou nos Estados Unidos na década de 1960, o qual deveria ir além da coibição das leis de segregação racial e étnica que vigoraram naquele país, que nos dizeres de Moehleck (2002), o estado deveria agir mais ativamente na garantia dos direitos das populações segregadas.

O estudo de Moehleck (2002) apresenta inúmeros conceitos que vão do caráter jurídico, ao qual o Estado se vê obrigado a garantir direitos, à reparação do que foi historicamente negado e que não será restituído totalmente, mas amenizará a situação, a exemplo da escravidão negra no Brasil. A autora destaca que na área educacional, as ações afirmativas se ampliam ao incorporarem a diversidade que abrange ideias básicas de combate à discriminação, redução das desigualdades e integração dos diversos grupos sociais em situação de exclusão, conferindo dessa forma identidade positivada aos que antes se encontravam em posição inferiorizada.

Observa-se que essa última concepção de ação afirmativa tem guiado as políticas de reparação no Brasil com tímidas iniciativas na década de 1990 durante o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso e com mais intensidade a partir de 2003 no Governo Lula da Silva que as implementou numa perspectiva jurídica.

Moehlecke (2002, p. 19) mostra que uma das formas jurídicas mais utilizadas para materializar ações afirmativas são os sistemas de cotas, “que consiste em estabelecer um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s), o que pode ocorrer de maneira proporcional ou não”. Concordando com a autora, De Paula (2008) em sua análise do processo de instauração jurídica das cotas não só para negros, mas para uma ampla parcela da população, critica o legislador brasileiro que planeja as leis de ação afirmativa com caráter solucionador, quando a situação é de reparação, considerando o alto grau de desigualdade vivido no país.

De fato, observa-se no contexto das ações afirmativas, certo distanciamento das identidades que constituem grupos excluídos da sociedade, pautando-se na solução pronta e esquecendo-se da consulta, do debate com os principais interessados, aliás, essa é uma marca do legislador brasileiro, implantar para depois consultar, comportamento que tem comumente levantado polêmicas em torno da eficiência das ações afirmativas como ocorreu com a Lei de Cotas para negros nas universidades, a Lei Maria da Penha, o Estatuto do idoso, entre outros exemplos. Essas experiências, ainda que sofram muitas críticas, vêm ampliando o cenário de inclusão social no Brasil.

Arruti (2006) chama atenção para o investimento que o governo federal tem feito em amplos programas de redistribuição de renda como *Fome Zero* e *Bolsa Família*, os quais tem atuado como programas guarda-chuva, incluindo ações direcionadas às mulheres, deficientes, populações indígenas, quilombolas e do campo. O autor mostra que o programa *Brasil Quilombola* em 2005 recebeu recursos na ordem 60 milhões de reais para sua execução. Ele destaca que as ações afirmativas garantiram atenção especial aos Institutos de Terras nos estados ampliando o crédito produtivo, antiga reivindicação do movimento indígena e Sem Terra.

Nesse sentido os movimentos sociais travaram uma luta ao longo dos últimos 20 (vinte) anos com a realização de várias ações coletivas que pautaram a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão, participação e garantia dos direitos sociais, emergindo com isso as cobranças



por políticas públicas para a educação superior que contemplem as populações excluídas desse nível de ensino.

Apresentamos a seguir, o caso da Universidade Federal do Pará, que regulamentou o acesso de populações negras, indígenas e do campo aos cursos de graduação com a criação de novos cursos, especificamente para essas populações.

## **O ACESSO DE POPULAÇÕES NEGRAS, INDÍGENAS E DO CAMPO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

A Universidade Federal do Pará findou o ano de 2011, com 43.731<sup>5</sup> estudantes matriculados em sua estrutura que congrega onze *campi* localizados em diferentes regiões do Estado. A principal forma de ingresso desses estudantes na Universidade tem sido via vestibular que, ao longo dos últimos anos, vem sofrendo várias modificações, alterando-se de *Processo Seletivo Seriado*<sup>6</sup> em 2003, para *Processo Seletivo*<sup>7</sup>, em 2009; surgindo ainda, os *Processos Seletivos Especiais* que imprimem uma nova configuração da Educação Superior na Amazônia Paraense ao oportunizar o acesso de populações negras, indígenas e do campo. A seguir, apresentamos a regulamentação do acesso dessas populações à Educação Superior na UFPA.

Populações Negras: a Resolução n.º 3.361, de 05 de agosto de 2005<sup>8</sup>, estabeleceu a reserva de 50% das vagas ofertadas nos cursos de graduação, pelo Processo Seletivo Seriado (PSS), para estudantes que cursaram todo o Ensino Médio na esfera pública, e desse total, o percentual de 40% para estudantes que se autodeclarassem pretos ou pardos.

Vale ressaltar que essa medida foi definida em 2005 para ser implementada em 2009, visto que, naquele período a Universidade adotava o

---

<sup>5</sup> Fonte: Pró-Reitoria de Graduação – PROEG, Estatísticas de alunos matriculados (SIE, 2012).

<sup>6</sup> Criado pela Resolução n.º 3.075, de 4 de julho de 2003, era realizado anualmente em 3 (três) fases por meio de provas uniformes para todas as áreas, que eram aplicadas em 4 (quatro) dias correspondente as disciplinas do Ensino Médio. Resolução disponível em: <<http://www.ufpa.br/sege/consepe.html>>.

<sup>7</sup> Criado pela Resolução n. 3.972, de 27 de abril de 2010, o Processo Seletivo estabeleceu a criação de duas fases, uma que é realizada pela seleção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e outra por provas aplicadas pela Universidade.

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/2005/COTAS](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2005/COTAS)>.

Processo Seletivo Seriado (PSS), e o mesmo exigia o acúmulo de pontos no ensino médio, para classificação, no último ano, em um dos cursos pleiteados pelo aluno. O Quadro 01 apresenta dados do acesso via o sistema de cotas na UFPA.

**Quadro 01: Quantidade de alunos matriculados via sistema de cotas**

ANO	2009		2010		2011	
	Escola Pública	Escola/Cor	Escola Pública	Escola/Cor	Escola Pública	Escola/Cor
<b>PARCIAL</b>	1.228	1.242	1.254	1.605	1.562	1.239
<b>TOTAL</b>	<b>2.470</b>		<b>2.859</b>		<b>2.801</b>	

Fonte: SIE/PROEG/UFPA, 2011.

Entre os anos de 2009 e 2011, o sistema de cotas oportunizou o acesso a 8.130 estudantes, sendo que destes, 50,27% advindos da escola pública e, 49,73% se autodeclaravam pretos ou pardos.

Populações Indígenas: a Resolução nº 3.869, de 22 de junho de 2009<sup>9</sup>, criou duas novas vagas para estudantes indígenas a partir do ano de 2010, em todos os cursos de graduação da UFPA. O Processo de Seleção Especial<sup>10</sup> do primeiro ano estabeleceu como requisito para o ingresso a análise do histórico escolar, entrevista e redação, enquanto o Processo Seletivo do segundo ano estabeleceu a obrigatoriedade da entrega do histórico escolar do ensino médio e a *Declaração de pertencimento*<sup>11</sup> que, segundo a Resolução, é um documento comprobatório da vinculação social, cultural, política e familiar do candidato indígena com um dos povos indígenas e deveria ser emitida e assinada por liderança tradicional e/ou política e/ou dirigente de Associação Indígena; previsto no Convênio nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ratificado pelo Estado brasileiro (COPERPS/UFPA, 2011). O Quadro 2 apresenta dados do acesso das populações indígenas na UFPA.

**Quadro 02: Acesso dos indígenas na UFPA em 2010**

<sup>9</sup>Disponível em: [http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/03869.pdf](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/03869.pdf).

<sup>10</sup>Disponível em: [http://www.ceps.ufpa.br/daves/PSS2010/Adendo20Edital2001\\_2009\\_versao3.pdf](http://www.ceps.ufpa.br/daves/PSS2010/Adendo20Edital2001_2009_versao3.pdf).

<sup>11</sup>Disponível em: [http://ceps.ufpa.br/daves/Processo\\_Seletivo\\_Indigenas202012/EDITAL\\_Indigenas202012.pdf](http://ceps.ufpa.br/daves/Processo_Seletivo_Indigenas202012/EDITAL_Indigenas202012.pdf).

Inscrições Homologadas	Candidatos aprovados	Matriculados em 2011
194	63	44

Fonte: Pesquisa Exploratória, CEPS/UFPA, 2011.

As informações indicam que, no ano de 2010, foram homologadas 194 inscrições de estudantes indígenas para participação no Processo Seletivo Especial da UFPA, sendo 63 estudantes aprovados e, destes somente 44 foram matriculados no ano de 2011. Entre os índios classificados nesse ano de aplicação do Processo Seletivo Especial, registramos a presença de 40 (quarenta) etnias, sendo 13 (treze) delas provenientes do Estado do Pará, 12 (doze) da Amazônia Brasileira<sup>12</sup>, e 15 (quinze) de outras localidades, conforme quadro 03 divulgado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>13</sup>.

**Quadro 03: Relação de Etnias dos índios classificados no Processo Seletivo Especial – 2010**

PARÁ	AMAZÔNIA BRASILEIRA	DEMAIS LOCALIDADES
AMANAYÉ	BARÉ	PARKATÉJÉ
ARARA	DESSANO	ARAPYUM
ARARA VERMELHA	GAVIÃO	BORARÍ
ARAWETE	GAVIÃO - PARKATEJÉ	CAMPES
ATIKUN	GAVIÃO - KYIKATÉJÉ	JARAQUI
GUARANI	INDIJINA	KAIAPO
JURUNA	KARIPUNA	KARAJA
KAIAPO	KARIPUNAS	KURUAYA
KARAJA	KIRINAPÁ	MACURAPE
MUNDURUKU	MUNDURUKU	TUPAIU
SURUI	TUKANO	TUPANI
SURUI AIKEWARA	XERENTE	TUPINAMBÁ
KAXUYANA	ARARA	WAIANA
		XIPAIA
		XUKURU

Fonte: Pesquisa Exploratória, CEPS/UFPA, 2012.

<sup>12</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é delimitada pelo artigo 2º da Lei nº 5.173, de outubro de 1966, abrangendo aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, parte do Maranhão e cinco municípios de Goiás.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>.

Conforme divulgado pela Comissão Permanente de Processos Seletivos - COPERPS, no portal da Universidade Federal do Pará<sup>14</sup>, os cursos mais procurados pelos índios aprovados no processo seletivo especial no ano de 2010 foram: Direito, com 05 (cinco) estudantes matriculados, e Pedagogia, Administração e Letras (Licenciatura) – Habilitação em Língua Portuguesa, cada um deles com 03 (três) estudantes matriculados. Nos cursos de Ciências Contábeis, Ciências Sociais, Engenharia Elétrica, Engenharia Naval, Fisioterapia e Medicina matricularam-se 02 (dois) índios em 2010; e nos cursos de Agronomia, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Enfermagem, Engenharia da Computação, Engenharia de Minas e Meio Ambiente, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária e Ambiental, farmácia, Geografia, Letras (Licenciatura) – Habilitação em Língua Inglesa, Matemática (Licenciatura), Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia e Sistemas de Informação, matricularam-se apenas 01 (um) índio no ano de 2010.

Populações do Campo: Consideramos como populações do campo os agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (Brasil, 2010). Em face das lutas empreendidas por essas populações no período mais recente, um conjunto de programas e cursos tem sido efetivado pelo poder público para dar acesso ao ensino superior aos sujeitos do campo.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) é um programa do governo federal que se efetiva através de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os Movimentos e Organizações Sociais do Campo e as Instituições de Educação Superior Públicas. Em seus objetivos, esse Programa se propõe a oferta de alfabetização de adultos, Educação Básica e Superior aos sujeitos do campo. A Universidade Federal do Pará firmou em 2005, 06 (seis) convênios, envolvendo um montante de R\$

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia>>. Acesso em 06 de março de 2012>.

2.764.515,11<sup>15</sup>, sendo deste total, 27,10% destinado ao Ensino Superior, o que favoreceu a oferta do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Terra e do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia das Águas. O primeiro foi criado através da Resolução nº 3526, de 12 de junho de 2007-CONSEPE/UFPA<sup>16</sup>, sendo ofertado em Belém, em período intervalar, para educadores e educadoras da reforma agrária, com objetivo de *qualificar professores (as) que atuam nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (Projeto Pedagógico, UFPA, 2000). O segundo foi criado através da Resolução nº 4.047, de 30 de setembro de 2010, sendo ofertado em Abaetetuba, em período intervalar, para educadores ribeirinhos residentes nos assentamentos agroextrativistas localizados nas ilhas de Abaetetuba, para o exercício da docência e das diferentes dimensões do trabalho pedagógico em âmbito formal e não formal, com ênfase na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e na Educação de Jovens e Adultos (Projeto Pedagógico, UFPA, 2005, p.07)

Curso de Educação do Campo - aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE da UFPA, através da Resolução nº 3.846 de 19 de Março de 2009<sup>17</sup>, para ser ofertado no município de Marabá. No ano de 2010, esse curso iniciou também a oferta de turmas no município de Abaetetuba e seu objetivo é formar profissionais capazes de exercer a docência multidisciplinar, nas seguintes áreas de conhecimento: Linguagens, Artes e Literatura; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Agrárias e da Natureza; Matemática e Sistemas de Informação; de participar da gestão de processos educativos escolares; e de ter atuação pedagógica nas comunidades rurais, para além da prática escolar. (Projeto Pedagógico UFPA, 2009).

Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento, aprovado através da Resolução nº 3.860 de 22 de maio de 2009, pelo Conselho de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/420916/dou-secao-3-09-01-2006-pg-120>>.

<sup>16</sup> Disponível em: <[http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/resolucao\\_consepe.html](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/resolucao_consepe.html)>.

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/203846.pdf](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/downloads/resolucoes/consepe/2009/203846.pdf)>.

Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEP da UFPA<sup>18</sup>, a ser ofertado no Campus Universitário de em Altamira. O objetivo do Curso é “preparar recursos humanos oriundos de povos indígenas e populações tradicionais, dotados de capacidade de gerenciar informações e contatos com possibilidade de intervir socialmente a partir de auto-reflexão sistemática” (PROJETO PEDAGÓGICO UFPA, 2009).

O ingresso de estudantes na Universidade Federal do Pará para esses cursos se deu por meio de *Processos Seletivos Especial*<sup>19</sup> buscando-se, em todos os casos, selecionar sujeitos pertencentes às populações do campo e indígenas.

**Quadro 04 – Quantidade de estudantes matriculados na UFPA nos cursos voltados para as populações do campo.**

CURSOS/POLOS	2000	2006	2009	2010	2011	2012	TOTAL
ETNODESENVOLVIMENTO (ALTAMIRA)			-	45	-	-	45
EDUCAÇÃO DO CAMPO – (ABAETETUBA)			-	45	57	38	140
EDUCAÇÃO DO CAMPO – (MARABÁ)			28	30	34	14	106
PEDAGOGIA DA TERRA (BELÉM)	49						49
PEDAGOGIA DAS ÁGUAS (ABAETETUBA)		50					50
<b>TOTAL</b>	49	50	28	120	91	52	390

Fonte: Pesquisa exploratória, SIE/PROEG/UFPA, 2009-2012

Os dados do Quadro 04 oportunizam a informação de que entre o período de 2006 a 2012, um contingente de 390 sujeitos do campo teve acesso à Educação Superior na UFPA e que, os cursos de Pedagogia da Terra e de Pedagogia das Águas formaram turmas pontuais específicas, sendo ofertadas somente no período do contrato, garantindo o funcionamento de uma estrutura

<sup>18</sup> Disponível em: <[http://www.ufpa.br/sege/boletim\\_interno/resolucao\\_consepe.html](http://www.ufpa.br/sege/boletim_interno/resolucao_consepe.html)>.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.ceps.ufpa.br>>.

curricular diferenciada. A partir de 2010, a UFPA inicia a oferta de cursos de caráter permanente.

Plano de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) – materializa a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e foi instituído pelo Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009, da Presidência da República. Esse Programa é uma ação estratégica do MEC<sup>20</sup> para garantir a política de Formação Continuada para os professores da Educação Básica que atuam nas Redes públicas estaduais e municipais de ensino, envolvendo as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais e as Instituições de Educação Superior.

O PARFOR começou a funcionar na UFPA, no ano de 2009 e a seleção dos alunos<sup>21</sup> para participar do Plano é realizada pela demanda de candidatos inscritos na Plataforma Freire<sup>22</sup> e validados pelas Secretarias de Educação dos estados e municípios, levando-se em consideração a disponibilidade de vagas ofertadas e a proximidade do município de origem do candidato, e estabelecendo-se como prioridade, os candidatos que vão cursar a primeira licenciatura. Na UFPA, foram matriculados 10.613 estudantes via o PARFOR, até o início de 2012, conforme indica o Quadro 04.

#### Quadro 05: Quantidade de alunos matriculados via PARFOR

ANO	2009	2010	2011	2012	Total
<b>ALUNOS</b>	483	4.025	597	5508	10613 <sup>23</sup>

Fonte: Pesquisa Exploratória SIE/PROEG/UFPA, 2011

Além da UFPA, aderiram ao Plano, em 2009, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Pará (IFPA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao>>, acesso em 20 de fevereiro de 2012>.

<sup>21</sup> Critério de seleção, Disponível em <[http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/criterios\\_selecao](http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/criterios_selecao)>.

<sup>22</sup> É a ferramenta criada pelo Ministério da Educação para acesso dos professores da Educação Básica no sistema que seleciona as licenciaturas que deseja cursar.

<sup>23</sup> Informação de alunos cadastrados na plataforma freire.

No ano de 2012, duas turmas dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, dos Municípios de Abaetetuba e Marabá, passaram a ser ofertadas pelo PARFOR, que neste mesmo ano está oferecendo 14.227 mil vagas no Ensino Superior no país e dessas 1.760 são ofertadas pela Universidade Federal do Pará<sup>24</sup>.

## CONSIDERAÇÕES REFLEXIVAS

O artigo oportuniza uma visão mais ampliada sobre o acesso das populações que compõem a sociodiversidade da Amazônia paraense na Educação Superior, especialmente na Universidade Federal do Pará. O desafio de reunir dados recentes, dispersos e de difícil acesso à população em geral, nos incentiva a continuar a investigação sobre a temática do acesso e democratização da Educação Superior.

As políticas de ações afirmativas para a Educação Superior são recentes e sofreram uma ampliação significativa nesses últimos anos, conforme evidenciam os dados sobre o acesso das populações negras, indígenas e do campo ao Ensino Superior na UFPA. Esses dados evidenciam o esforço de movimentos sociais representativos de seguimentos negros, indígenas e do campo, em pautar a implementação de políticas para ampliar a inserção desses segmentos nas universidades brasileiras.

A realidade educacional no Brasil e na Amazônia é marcada por profundas desigualdades sociais, que se expressam historicamente pelo racismo e discriminações de múltiplas naturezas, e a superação dessa situação requer um conjunto de estratégias que oportunizem o acesso dos grupos minoritários a níveis elevados de escolaridade. Nesse sentido, os programas de reservas de vagas para negros, índios e sujeitos do campo, incluindo o PRONERA, o PROCAMPO, o PARFOR e as demais experiências de inclusão, constituem, em nosso entendimento, um passo em direção a essa superação.

De fato, no âmbito da comunidade acadêmica e da sociedade mais ampla, essas ações e programas têm se constituído em motivo de tensos

---

<sup>24</sup> Notícia veiculada pelo portal da UFPA, disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php5738>>.



debates, especialmente no tocante à qualidade da oferta, à permanência dos sujeitos na universidade e ao reconhecimento e valorização dos saberes e conhecimentos desses seguimentos sociais no cotidiano das ações efetivadas no interior da Universidade. Há perspectivas de análise, que consideram esses programas políticas focais, que pouco colaboram para o avanço da democratização da educação superior no país, porque inseridas nas macro orientações que regulam as políticas educacionais mais recentes e referenciam-se pela privatização da educação superior e pelo fortalecimento de seu caráter mercadológico.

Nossa expectativa com a efetivação dessas ações de inclusão na Educação Superior é de que elas assumam caráter emancipatório, e favoreçam o enfrentamento do núcleo central de manutenção das desigualdades sociais existentes, promovendo o acesso de negros, índios e sujeitos do campo e cuidando para que ocorra sua permanência com autonomia no interior da universidade. Isso requer, ainda, a abertura de caminhos para fomentar a construção de um ambiente de igualdade e diversidade, capaz de fortalecer a produção de um pensamento científico que acolha as distintas subjetividades que compõem a sociodiversidade da Amazônia paraense.

Entre esses caminhos, destacamos a necessidade de que essas ações possam *Consolidar a Participação* de segmentos sociais diversos – em que se incluem as populações negras, indígenas e do campo – nos rumos e decisões que afetam a Universidade – o que implica em construir referências conceituais e indicadores para as políticas e práticas “*com os sujeitos e populações da Amazônia e não para eles*”, e nesse processo afirmar seu protagonismo, empoderamento, autonomia e emancipação, concebendo-os como “sujeitos de direitos”. Como estratégia, temos apostado na relação dialógica entre governo, universidade e movimento social, à medida que a universalização dos direitos humanos e sociais requer a participação do estado no financiamento e na gestão; da universidade na produção do conhecimento, tecnologia e inovação; e dos movimentos sociais no controle social e democratização do poder local.

Consideramos importante ainda à necessidade de que essas ações *Fortaleçam a Inter-Multiculturalidade* no interior da universidade, o que implica

em “*afirmar as identidades sócio-culturais e territoriais da Amazônia*”, e nesse processo, dar visibilidade e ao mesmo tempo fortalecer a heterogeneidade, a conflitualidade, as diferenças e a convivialidade entre as populações e grupos existentes na Amazônia. Como estratégia, temos apostado na promoção do diálogo entre os saberes oriundos da tradição do trabalho e da produção, da tradição cultural dos sujeitos e populações da Amazônia, e da ciência e tecnologia, buscando afirmar uma concepção Interdisciplinar e/ou Transdisciplinar de conhecimento, educação, e de sociabilidade.

Por fim, consideramos necessário que essas ações *Ampliem a Visão Relacional* no interior da universidade, o que implica em compreender a Amazônia em sua complexidade e conflitualidade, desvelando sua relação com o Brasil e o mundo, e articulando as dimensões produtivas, ambientais, socioculturais e educacionais necessárias ao seu desenvolvimento e sustentabilidade. Como estratégia, temos apostado no desenvolvimento de um conjunto de ações de mobilização que buscam integrar a pesquisa, a intervenção, a docência e a militância no atendimento aos interesses e necessidades reais das populações locais, que convergem na construção de um projeto popular de desenvolvimento social que afirme a soberania da Amazônia.

## **ABSTRACT**

The article reflects on the democratization of higher education in the Amazon state of Pará, considering the scenario of the Brazilian educational policies. In an analysis perspective, consider that from 1990 until the present time has been characterized by the adoption of compensatory policies adopted to minority groups and which has been growing and establishing itself on punctual, strengthening the social and educational inequalities. In another, it is the importance of strengthening the repair and expansion of alterity with these groups, which should not be purely legal point or characterized by expansion of places offered by institutions of higher education, but the combination of policies that enable affirmation of their cultural identities. The article refers to these two perspectives to analyze the access of blacks, Indians and field in higher education in the Amazon Pará, focusing research actions promoted by the Federal University of Pará.

**Key Words:** Higher Education. Educational Policies. Rural Education. Populations Amazon.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. *Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru/ São Paulo: Edusc/ ANPOCS, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional de Educação (PNE)*. Lei nº 10.172/2001. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm). Acesso em 16/01/2012.

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia das Águas*. UFPA: Campus de Abaetetuba, 2005.

\_\_\_\_\_. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Etnodesenvolvimento*. UFPA: Belém, 2009.

CATANI, A. M; OLIVEIRA, J. F. As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil: alterações no sistema e nas universidades. In: SGUISSARDI, V. *Educação superior: velhos e novos desafios*. São Paulo: Xamã, 2000.

\_\_\_\_\_. HEY, Ana Paula. GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?* Curitiba: Educar, Editora UFPR, n. 28, p. 125-140, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

CORBUCCI, Paulo Roberto. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 25, n. 88, Especial, p. 677-701, out. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 de fev. 2012.

DE PAULA. Alexandre Sturion. *Ação Afirmativa e discriminação reversa: análise a partir da Instituição de quotas para cidadãos negros e pardos*, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_61/Artigos/Art\\_alexandre.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_61/Artigos/Art_alexandre.ht)>. Acesso em: 03 fev. 2012.

GOMES, Nilma Lino. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. *Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, n. 2, p. 197-217, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. O discurso democrático deslocado: a propósito do paradoxo da democracia. In: JUNIOR, Acácio Amaral. BURITY, Joanildo. (Orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume. 2006.

PINTO, José Marcelino de Rezende Pinto. O Acesso à educação superior no Brasil. In: *Educação e Sociedade*, Campinas/SP, v. 25, n. 88, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 fev. 2012.

SOUZA, Kátia Regina de. Reforma da educação superior do Governo Lula e educação à distância: democratização ou subordinação das instituições de ensino superior à ordem do capital? In: *Reunião Anual da ANPEd*, 2004. Disponível em: <[anped.org.br](http://anped.org.br)>. Acesso em: 02 fev. 2012.